

# A PRESENÇA DOS IMIGRANTES NO PROCESSO DE CONSOLIDAÇÃO DA POLÍTICA CULTURAL ENTRE BRASIL E ESPANHA

## THE PRESENCE OF IMMIGRANTS IN THE PROCESS OF CONSOLIDATION OF CULTURAL POLICY BETWEEN BRAZIL AND SPAIN

*Júlia Erminia Riscado*<sup>1</sup>

**RESUMO:** O presente artigo tem como objetivo analisar a inserção da colônia espanhola na sociedade carioca por meio das associações civis e a atuação do governo espanhol na valorização dessas organizações, utilizando-as como instrumento para a consolidação de uma política externa cultural. Para isso, serão observados a presença dos imigrantes espanhóis na história da cidade do Rio de Janeiro e a relação entre as associações imigrantes e os governos brasileiro e espanhol ao longo da década de 1980. Pretende-se, com isso, contribuir com o debate sobre fluxos migratórios no contexto contemporâneo e ampliar a discussão a respeito do lugar da cultura nas relações internacionais.

**Palavras-chave:** Imigração. Associações. Brasil. Espanha.

**ABSTRACT:** This article aims to analyze the inclusion of the Spanish colony in Rio de Janeiro society through civil associations and the actions of the Spanish government in the valuation of these organizations, using them as a tool for the consolidation of a cultural foreign policy. For this, will be observed the presence of Spanish immigrants in the history of Rio de Janeiro and the relationship between immigrant associations and the Brazilian and Spanish governments over the 1980s is intended, therefore, contribute to the debate on migration in the contemporary context and broaden the discussion about the place of culture in international relations.

**Keywords:** Immigration. Associations. Brazil. Spain.

### **Introdução**

O presente artigo tem por objetivo analisar como a relação Brasil-Espanha se fortaleceu no início da década de 1980, dando enfoque a convergência de discursos identitários projetados no cenário internacional de ambos os países. Não tendo aqui a

---

<sup>1</sup> Doutoranda em Ciência Política pela Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói, Rio de Janeiro, Brasil. E-mail: [julia\\_riscado@yahoo.com.br](mailto:julia_riscado@yahoo.com.br)

pretensão de tratar das relações entre esses países em sua totalidade, foi escolhida a associação espanhola Casa de España, criada em 1983 no Rio de Janeiro, como objeto de referência para exemplificar esse contato que também reafirmaria a importância cultural da ex-Capital Federal brasileira no cenário internacional.

A década de 1980 caracterizou-se pela desestabilidade econômica, herdada do final da década de 1970, com repercussões em escala internacional. Uma situação de miséria atingiu regiões como URSS e Europa Oriental, mostrando que ricas nações capitalistas não ficaram imunes a respeito, salvo exceções asiáticas como, por exemplo, a China.

Nesse contexto, a Europa encontrava-se com altas taxas de desemprego, principalmente entre os jovens que não viam um mercado de trabalho disposto a inseri-los. Enquanto isso, a América Latina, que até então era vista como região ascendente, percebe-se frágil frente à competitividade capitalista do cenário internacional.

É nesse ambiente complexo de hostilidade e protecionismo que estão Brasil e Espanha, cada qual com suas tentativas de se posicionar internacionalmente como nações sólidas e fortalecer seus laços identitários internos. Nesse momento também se ensaia a convergência de suas políticas externas que, como apontou Bruno Ayllón (AYLLÓN, 2006), teriam seu começo por meio de relações culturais pré-existentes. A escolha para expandir os contatos político-comerciais entre os dois países seria pela via cultural.

Do outro lado estavam os imigrantes espanhóis residentes na cidade do Rio de Janeiro, que sentindo a necessidade de terem seus direitos civis atendidos, se voltaram a reafirmar seus vínculos com a Espanha por intermédio de um diálogo consular mais participativo. Ademais, esse contato contribuía para o entendimento da relevância na adoção de um discurso que promovesse a comunhão entre seus membros, adaptando-se ao contexto vivido, para a criação de uma associação de caráter cultural e de socorro mútuo.

Para a exposição do tema, primeiramente será apresentado um breve panorama da imigração europeia, localizando o imigrante espanhol. Mais adiante, pretende-se expor alguns aspectos da relação Brasil-Espanha no final da década de 1970 e início de 1980. Por fim, será apontada a importância simbólico-cultural da associação Casa De España na criação do discurso que legitimaria a aproximação entre esses países.

## A imigração europeia na História do Brasil

Qual seria a definição do termo emigração? Podemos responder que emigração é todo movimento de saída de pessoas ou grupos de pessoas de uma região ou de um país, para estabelecer em outro, em caráter definitivo ou temporário. Dessa forma, torna-se quase impossível fazer um panorama sobre imigração ao longo da história do Brasil sem fazer certos recortes.

Desde o início da exploração colonial há registros da presença de imigrantes europeus em território brasileiro. A formação do Brasil, tanto territorial quanto populacional, se deu por conta dos constantes fluxos migratórios ao longo de seus mais de 500 anos de história. Além disso, não podemos esquecer o importante papel dos africanos vindos por conta da escravidão que existia no país. Nesse sentido, cabe dizer que este trabalho tem como interesse a imigração predominantemente europeia que ocorreu de forma massiva a partir do século XIX. Inicialmente, a vinda de imigrantes era, na maioria das vezes, temporária ou como estudiosos em missão de caráter científico ou como viajantes em busca de trabalho e novos locais de exploração. Porém, a partir do século XIX, nota-se a presença de um fluxo expressivo de imigrantes europeus que tinham como intuito conseguirem uma vida melhor fora de seus países de origem (OLIVEIRA, 2006). Esses homens vieram com respaldo de teorias científicas<sup>2</sup> que buscavam a purificação étnica. Por ser a população brasileira composta majoritariamente por índios, negros e mestiços, supunha-se que ao se tornar cada vez mais branca, seria também cada vez mais possível a resolução do problema do atraso do povo brasileiro.

Entre intelectuais e políticos que defenderam as teorias de superioridade racial, destaca-se Tavares Bastos. Segundo Bastos, a vinda de imigrantes era fundamental ao progresso do país, principalmente, daqueles que não tivessem a herança ibérica atrasada.

é preciso mudar de hábitos, é preciso por outra alma no corpo brasileiro, e eu não conheço senão um meio eficaz para isso, a saber: abrir francamente as portas do Império ao estrangeiro, colocar o Brasil no mais estreito contacto com as raças vindas do Norte do Globo, facilitar as comunicações interiores e exteriores, promover a imigração germânica, inglesa e irlandesa, e promulgar leis para a mais plena liberdade religiosa e industrial (BASTOS, 1938, p.161).

Além dos interesses de modernização da sociedade, o governo brasileiro junto aos

---

<sup>2</sup> Destacam-se os nomes como Cesare Lombroso, professor e criminologista italiano e de suas teorias que associavam a criminalidade à anatomia.

grandes proprietários de terras visava à mão-de-obra imigrante para as diversas culturas, das quais se destacava o café no oeste paulista. Estados como São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Paraná e Rio Grande do Sul foram os maiores receptores desses imigrantes embora nem sempre se dirigissem para as áreas rurais.

De 1884 a 1893, segundo dados do IBGE (2000) 883.668 pessoas imigraram para o Brasil, sendo a maioria italiana, alemã e portuguesa, respectivamente. Esse número dá um salto no período de 1904 a 1913 em que são recebidos 1.006.617 imigrantes no país embora a maioria da origem destes tenha sido de portugueses e espanhóis.

Até as vésperas da Primeira Guerra Mundial houve um aumento considerável do número de imigrantes que chegavam ao Brasil. Outras nacionalidades, entretanto, se tornavam mais recorrentes nesse momento. Tal mudança revela uma questão a ser considerada nos estudos migratórios. Embora vivessem situações econômicas similares, os movimentos emigratórios nos países europeus variavam de acordo com relativas piores em suas economias locais.

Na maior parte dos casos, os estrangeiros chegados ao Brasil se dirigiam para o trabalho no campo embora fosse possível perceber um movimento crescente em direção às zonas urbanas, principalmente às regiões portuárias. Miriam Halpern Pereira em seu trabalho sobre emigração portuguesa destacou a inserção desses homens no ambiente urbano.

Dado o fraco desenvolvimento industrial do Brasil, o português, como os emigrantes de outras nacionalidades, trabalhavam predominantemente no comércio e nos transportes [...]. No entanto desempenhavam também papel importante nos 'ofícios mecânicos' (carpinteiros, pedreiros e etc.) e nas minas, desde o final da década de 50 (PEREIRA, 2002, p. 51).

Esse expressivo fluxo migratório sofreu relativa queda na primeira metade do século XX, só retomando seu crescimento por volta da década de 1950. Ainda com base nos dados do IBGE de 1950-1954 entraram 84.851 pessoas de maioria portuguesa, italiana e espanhola.

A população brasileira de acordo com censo feito no ano de 1900 era de 17.438.434 habitantes, enquanto no censo de 1950 a população se encontrava em 51.944.397 habitantes. Esses números mostram que mesmo após a aplicação da Lei Adolfo Gordo em 1907<sup>3</sup> da Lei dos Indesejáveis em 1921<sup>4</sup> o impacto migratório no início

---

<sup>3</sup> Batizada de Lei Adolfo Gordo, a Lei 1641 de janeiro de 1907 teve como intuito conter manifestações sociais, intimidando o trabalhador imigrante por meio de medidas punitivas como a sua expulsão do país.

<sup>4</sup> O Decreto 4247 de 1921, também conhecido como Lei dos Indesejáveis, garantia ao Poder Executivo o poder de impedir a entrada de "todo estrangeiro mutilado, aleijado, cego, louco, mendigo, portador de moléstia incurável ou

do século XX fora muito maior do que o segundo grande movimento migratório no país na segunda metade do século XX.

A Segunda Guerra Mundial propiciou uma queda no fluxo de imigrantes para o Brasil, auxiliado pela política anti-emigratória do governo Vargas e sua política econômica nacionalista que desenvolveu a produção visando o mercado interno (LOBO, 2001). Vê-se pelos dados dos censos aplicados na época que mesmo o país tendo aberto novamente a imigração, após 1945, o volume de entradas se mantivera baixo (OLIVEIRA, 2006).

A partir desse período os índices migratórios só tenderam a decrescer. Por conta da Guerra Fria, houve certo deslocamento populacional oriundo de países do Leste Europeu e de países asiáticos - coreanos, por exemplo - durante a década de 1960, porém muito limitado.

No Brasil, as décadas de 1980 e 1990 ficaram marcadas por intensas transformações socioeconômicas que refletiram no aumento do número de emigrantes em comparação ao de imigrantes. Os brasileiros passam a sair do país em busca de melhores condições de vida direcionando-se para países da Europa e, também, Estados Unidos e Japão.

E é dentro deste panorama que estão os imigrantes espanhóis. Segundo o IBGE, a partir de 1890 teve início a imigração espanhola no país. Antes disso, eram mais frequentes os deslocamentos para outros países europeus, tais como França, Alemanha e Inglaterra. De acordo com o Boletim da Direção Geral da Emigração a tardia industrialização, a falta de terras para cultivar, minifúndios, censos, foros fôramos principais motivos que levaram, principalmente, galegos<sup>5</sup> e andaluzes<sup>6</sup> a buscarem na emigração uma solução de subsistência.

Entre 1882 a 1936, de acordo com dados consulares, 10.000 espanhóis imigraram para América. O continente americano só perdera em números para a África com 2.000 imigrantes espanhóis por ano. Vale destacar que a Espanha proibira a emigração ao Brasil entre os anos de 1910 a 1912.

Até o final do século XIX, o destino desses imigrantes praticamente se restringia às regiões cafeeiras de São Paulo. A partir do século XX, a cidade do Rio de Janeiro

---

de moléstia contagiosa grave; de toda estrangeira, que procure o país para entregar-se a prostituição; de todo estrangeiro de mais de 60 anos”.

<sup>5</sup> São considerados galegos os originários da Galícia, região que pertence politicamente à Espanha.

<sup>6</sup> Andaluzes são aqueles que nasceram na comunidade autônoma de Andaluzia, localizada na parte meridional da Espanha.

passaria também a receber grande parte dos espanhóis no país (SARMIENTO, 2005). De acordo com o Boletim da Direção Geral de Emigração (1984), em 1925, os espanhóis instalados no Rio de Janeiro encontravam-se predominantemente empregados como garçons de cafés e restaurantes. De maioria galega, alguns chegaram a tornarem-se proprietários.

Enquanto a população carioca crescia, a população espanhola reduzia, tornando cada vez mais difícil sua visibilidade no cotidiano da cidade. Os poucos que despontavam por melhorar sua posição social contribuíam para endossar a visão que a classe média tinha dos imigrantes que eram vistos por esta como ameaças, em virtude da difícil situação econômica que se encontrava no governo Vargas na década de 1930. E ainda que fossem vistos pela classe média e alta carioca como donos de estabelecimentos clandestinos e anarquistas, os espanhóis ainda se encontravam em maior número em sindicatos, hotéis, bares e restaurantes (SARMIENTO, 2005).

Segundo censo divulgado pelo Boletim da Direção Geral da Emigração (1986), na década de 1980 foi registrado a presença de 52.882 homens e 45.633 mulheres espanholas no Brasil. Dos espanhóis que residiam no Rio de Janeiro, 47% tinham mais de 60 anos enquanto 38% tinham de 45 a 60 anos. Percebe-se assim, não só o envelhecimento da colônia como também uma sensível redução do fluxo migratório espanhol.

Este mesmo censo mostra que 40% dos imigrantes espanhóis não haviam completado os estudos primários. Além disso, 43,2% trabalhavam tendo 27% no comércio e hotelaria e 26% na indústria. Com esses dados observa-se que a colônia espanhola era de maioria adulta e pouco instruída, ocupando cargos de menor remuneração. Já entre os inativos podem ser incluídos mulheres, crianças e idosos fora do mercado de trabalho.

### **Casa De España: um pouco da Espanha em solo carioca**

No final da década de 1970, as principais instituições espanholas localizadas no Rio de Janeiro passavam por um período de crise administrativa. Nessa época, as agremiações espanholas fluminenses estavam em pleno ostracismo. Como um caminho para a recuperação, seus presidentes viam na fusão entre as instituições uma expectativa para fortalecer os laços identitários. Pensava-se na união de quatro clubes: Club Español

de Rio de Janeiro, Casa de Galicia, Club Español de Niterói e Casa Española de Teresópolis.

Deve-se atentar para o fato de que a coexistência de diferentes perspectivas tornar-se-ia fundamental para a nova representação adotada pela colônia espanhola à sociedade carioca. Essas associações, com o suporte dado por autoridades consulares espanholas, se apoiaram em sua origem comum para produzirem um discurso que legitimaria a união entre as instituições.

Vendo a necessidade de modernizar a imagem que os espanhóis possuíam na sociedade carioca buscou-se a ajuda de uma representação diplomática que tornasse possível a ideia de união entre as agremiações. O embaixador espanhol em Brasília, Francisco Javier Vallaure, foi uma figura de grande importância no diálogo com a colônia espanhola no Rio de Janeiro. A intervenção da autoridade espanhola foi uma das muitas ações de apoio às iniciativas civis que propusessem uma mudança na representação social do imigrante espanhol, na tentativa de ganhar credibilidade enquanto nação moderna e atuante no cenário internacional (MUNIZ, 1996).

Impulsionados pelo apoio diplomático, que via com interesse a aproximação cultural entre Brasil e Espanha, criou-se a Casa de España. A instituição surgiu em 1983, de apenas duas outras instituições espanholas: o Club Español, no Humaitá, e a Casa de Galicia, na Tijuca, ambos na cidade do Rio de Janeiro.

Nos documentos oficiais da instituição é recorrente o uso de palavras como “dedicação”, “prestígio” e “respeito”, sempre com o intuito de dar sentido ao restabelecimento da dignidade e do reconhecimento desses homens e mulheres. Segundo as próprias palavras do ex-presidente da Casa De España Antonio Maceiras em carta dirigida aos sócios da instituição em 1993,

A Casa de España é um sonho antigo da colônia, os espanhóis não se sentiam bem, vendo que outras colônias de emigrantes dispunham de instituições organizadas e com prestígio, com boas instalações, que divulgavam suas culturas, seus costumes e seu folclore, mantendo uma presença viva e permanente de seu país.

Os primeiros anos de existência da Casa De España podem ser definidos como uma fase em que a parceria com a Embaixada espanhola levou a uma manobra que ia além da simples reivindicação de um grupo civil em busca de um pacífico convívio em seu meio social específico. A participação estatal foi um ator essencial nessa nova fase da colônia espanhola.

Dessa maneira, a figura do camponês pobre que chegava ao Rio de Janeiro com o

intuito de reconstruir sua vida do final do século XIX é posta de lado. O investimento nas relações culturais seria o pontapé inicial para a construção de culturas políticas próximas e de uma nova identidade ibérica em que eram reconhecidos tanto Brasil quanto Espanha como membros de uma mesma comunidade cultural e política.

### **Brasil e as possibilidades de uma aliança com a Espanha**

Os anos 1980 foram fundamentais para a aproximação do Brasil ao restante da América Latina, por começar uma longa trajetória de divulgação do discurso de união entre essas nações justificado pelo passado comum de ex-colônias. De início, o propósito era econômico como mostraram Amado Cervo e Clodoaldo Bueno (CERVO; BUENO, 1992). Seria uma resposta da região frente aos grupos de países que por meio de acordos comerciais se uniram para enrijecer suas economias, tais como a Comunidade Europeia<sup>7</sup>.

Para maior entendimento dessa questão é preciso voltar algumas décadas. Com a passagem do mundo pela Segunda Guerra Mundial (1939-1945), cresceu o contato do Brasil com os EUA. A política de Boa Vizinhança de Roosevelt e o protecionismo das economias europeias são alguns dos principais aspectos que conduziriam essa relação (CERVO, 2003).

Com isso, foi adotado pelo Brasil - como aos demais países da América Latina - uma mudança de paradigma nas suas relações internacionais. A partir desse momento seria estendido à opinião pública, e não apenas a um restrito grupo que detinha poder político e econômico na sociedade brasileira, o estímulo pela modernidade. Ou seja, a sociedade norte-americana seria um espelho de modernidade ao Brasil, que buscara se desvincular da imagem de país atrasado e dependente.

No Brasil, nomes como Eurico Gaspar Dutra e Castelo Branco se posicionaram em defesa do apoio norte-americano para a instituição do progresso enquanto outros importantes nomes no cenário político nacional, tais como Getúlio Vargas e Ernesto Geisel, viam com descrença essa relação. Para os últimos, o desenvolvimento nacional seria alcançado através dos recursos do próprio país (D'ARAÚJO; CASTRO, 1997).

No bojo do pensamento de reformulação do Brasil frente à política internacional, destaca-se o nome de Gilberto Freyre. Utilizando de uma expressão

---

<sup>7</sup> Embora instituída em 1957 através do Tratado de Roma, foi apenas no final da década de 60 e início de 70 que os resultados da abolição dos direitos aduaneiros seriam sentidos na região.



freyriana a “América Anglo-Saxã” (FREYRE, 2000) impediria os membros da sociedade brasileira de terem espaço para desenvolver suas potencialidades.

Ainda de acordo com Freyre, as especificidades regionais emergiriam, trazendo ao país como um todo, instrumentos que o dotaria de características únicas e imprescindíveis para alcançar o status de nação moderna. A América Latina teria em seus valores tradicionais a ética hispano-católica, e por isso, cabia valorizá-los e não excluí-los da memória nacional (FREYRE, 2000).

No Brasil, mais do que nos demais países latino-americanos, o chamado “hibridismo cultural” era mais forte (FREYRE, 2003). Esse termo era usado para explicar como a formação da população brasileira era heterogênea. Suas heranças seriam indígena, negra e europeia. Esta última, muito vinculada ao passado de colônia lusa, se manifestaria de forma mais intensa que nos outros grupos na identidade nacional.

Com isso, além de atribuir nitidamente uma maior presença cultural a Portugal, a partir dessa afirmação percebe-se como a aproximação entre Brasil e Espanha se mantinha de certo modo frágil na política externa brasileira. Apesar da afirmativa de Freyre ter sido considerada na época de sua elaboração por importantes grupos brasileiros, na década de 1970 essa ideia ganhou uma interpretação mais crítica.

Nesse período, o desenvolvimento econômico espanhol projetou-se internacionalmente, provocando muitas manifestações de admiração no Brasil. A Espanha tornou-se aos poucos um exemplo de país que conquistava a respeitabilidade no concerto das nações.

Com o fim da Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos perderam muito de seu interesse político pelo Brasil. Inclusive suas bases de atuação da política de Boa Vizinhaça foram reduzidas, assim como o combate ao comunismo de Roosevelt. A indústria norte-americana também havia se voltado a atender novos mercados em ascensão na Europa e Ásia. Como afirmou Pedro Tota, restaria ao Brasil estabelecer o desenvolvimento de uma política externa independente dos Estados Unidos (TOTA, 2000).

Dessa maneira, ocorreu uma progressiva reaproximação do Brasil com a Europa Ocidental, de modo que em 1973 a Comunidade Europeia passou a ocupar 30% das exportações nacionais e o Brasil apareceu como o maior comprador entre os países em desenvolvimento (SARAIVA, 2001). De acordo com Bruno Ayllón, essa cooperação econômica proporcionou um importante contato entre Brasil e Espanha, antes pouco valorizado pelos dois países (AYLLÓN, 2006).

## A Espanha e as estruturas de uma aliança com o Brasil

Os inúmeros conflitos que marcaram a história espanhola no último século monopolizaram os esforços e a atenção dos diferentes agentes políticos para as questões internacionais, relegando a um segundo plano as questões internacionais do ponto de vista econômico e até mesmo político. Durante a primeira metade da ditadura franquista esse isolamento só tenderia a se acentuar, uma vez que o novo governo precisaria estabelecer suas bases em território espanhol antes de se posicionar internacionalmente (AYLLÓN, 2001; KAKUTA, 1993).

Em sua política exterior, Franco privilegiou as relações com as ex-colônias espanholas. De acordo com Bruno Ayllón, essa ação era um meio de afirmação interna do governo franquista, que pretendia associar a imagem do regime aos tempos gloriosos de nação colonizadora (AYLLÓN, 2001).

Essa conduta em relação à América Hispânica foi perdendo espaço ao final da administração do ditador (ELLWOOD, 1984). Em seu lugar seria adotada uma política de desenvolvimento econômico, aprofundada durante a democratização, que tinha como intuito fazer a Espanha se aproximar do restante da Europa. Mudar de perspectiva seria uma estratégia imprescindível para o estabelecimento de uma nova fase da política espanhola no cenário europeu nos anos 1980.

Antes do “milagre” econômico espanhol<sup>8</sup> a Espanha era vista como um país que havia se tornado atrasado em meio aos avanços industriais ocorridos ao longo do século XIX. Como observou Hobsbawm (HOBSBAWM, 1988), ao contrário de países como Inglaterra e Alemanha que despontaram como economias industriais, a Espanha manteve-se arcaica e muito pouco competitiva economicamente.

Foi em busca da respeitabilidade internacional que a Espanha, inicialmente, optaria por não concentrar suas ações apenas na América Latina. Essa estratégia distanciaria ao máximo o país da imagem ainda ligada a Franco. A Espanha tornar-se-ia mais atuante na economia do continente europeu, buscando adquirir personalidade própria e cada vez mais próxima do perfil das demais nações europeias.

---

<sup>8</sup> O “milagre” econômico espanhol tratado por Hobsbawm faz referência ao período posterior à administração franquista (1938-1973). Apesar da instabilidade política, o historiador compreendeu a segunda metade da década de 1970 como um período de abertura política e um momento de crescimento da credibilidade econômica da Espanha no cenário internacional.

Aos poucos, com o Rei Juan Carlos a frente da monarquia parlamentar recém-instalada em 1975, retomar-se-iam às relações ibero-americanas de forma mais discretas através de incentivos à expansão da língua castelhana, como no contato entre Universidades e outros equipamentos culturais (PINHEIRO, 2000). Desse modo, o governo espanhol apontou a necessidade de estabelecer um diálogo participativo e de criar ações efetivas que levassem a cooperação entre América do Sul e Espanha.

Entretanto, foi somente no governo de Felipe González (1982-1996) que a Espanha passou a destacar uma política Ibero-americana. Como afirma Amado Cervo, “tratava-se, no caso, da América, de superar a ideia de hispanidade, que lembrava o Franquismo, e abrir espaço para um novo conceito: Ibérico” (CERVO; BUENO, 1992, p. 78).

A Espanha se assumiria como uma ponte para as relações políticas entre a Europa e a América. Ao mesmo tempo em que se aproximava da Comunidade Europeia<sup>9</sup>, a Espanha se voltou também ao contato com a América Latina. Como apontou Leticia Pinheiro (PINHEIRO, 2000), a Espanha adotou essa posição por ainda reconhecer-se inferior se comparada aos demais países europeus.

Após 40 anos de ditadura franquista, o governo democrático espanhol pretendeu romper com a antiga postura tomada com relação ao Brasil de exclusão à suas particularidades, ainda vinculadas ao passado luso dentro do grupo dos países latino-americanos. Segundo o Itamaraty em pronunciamento a visita do Rei espanhol Juan Carlos em 1983, “a Espanha procurava a liderança espiritual do mundo ibérico” (AYLLÓN, 2006, p, 223) esta que foi reconhecida no Brasil. A aproximação com o país se deu pelos, como afirmou o na época Ministro de Assuntos Exteriores da Espanha, Fernando Morán, aspectos intelectuais e artísticos espanhóis (AYLLÓN, 2006).

A escolha pela opção cultural também era uma maneira estratégica de atenuar os conflitos comerciais entre Brasil e Espanha desde sua adoção de tarifas protecionistas sobre o café brasileiro em 1979 (CERVO; BUENO, 1992). Preocupada em se inserir na Comunidade Econômica Europeia, a Espanha havia se distanciado do intercâmbio econômico com o Brasil (SARAIVA, 2001).

O incentivo por parte do Estado espanhol aliado às atividades de organização dos imigrantes aqui localizados expõe duas categorias de relações culturais internacionais estabelecidas por Mônica Lessa (LESSA, 2002): uma pela via estatal e uma pela via civil.

---

<sup>9</sup> Em 1986, Espanha e Portugal entraram para a Comunidade Europeia.

A presença da sociedade civil na circulação de ideias reforçaria a penetração de cultura estatal, mascarada por uma relação entre particulares.

Seria possível apontar de início, como consequência das relações entre Brasil e Espanha, a construção de uma espécie de rede repleta de elementos simbólicos, tais como o uso do passado histórico comum a fim de legitimar a identificação entre os dois países. Apesar de ser percebida uma atuação mais ativa da Espanha nesse processo de aproximação com o Brasil, não seria possível afirmar que o país aceitaria passivamente a propaganda estatal espanhola, no entanto, a posição do Brasil não se apresentaria com força e maneiras equivalentes no decorrer desse diálogo.

### **Considerações Finais**

Pensar a questão das relações Brasil-Espanha por meio de uma instituição como a Casa De España não teria sentido se fosse aqui compartilhada a ideia de que sociedade civil e Estado não se relacionariam e, conseqüentemente, não sofreriam interferências mútuas. Ao analisar os contextos de Brasil e Espanha no final da década de 1970 e início de 1980 foi possível perceber como os interesses estatais convergiram com os interesses de uma comunidade de imigrantes espanhóis que se viam a margem no cotidiano carioca e, ao mesmo tempo, distantes da nova Nação espanhola.

Tentar compreender os mecanismos de formação e manutenção da colônia espanhola por meio da Casa de Espana é interessante por identificar as distintas representações sobre o que é ser espanhol no interior da comunidade de imigrantes e descendentes espanhóis assim como para estabelecer sua relação frente à Espanha.

O caso espanhol do Rio de Janeiro destaca um aspecto comum a todos os estudos migratórios, principalmente sobre imigração espanhola. Tanto na bibliografia geral como especializada, os espanhóis são vistos dentro da classificação restrita e muito generalizada da noção de imigrante. Nas palavras de Kátia Muniz,

Nesse sentido, traz como bagagem uma concepção quase que invariável de que esses agentes, imigrantes, independentes de suas diferenças, tiveram as mesmas trajetórias, tanto no país de origem quanto no país de acolhida. Veja que é o tipo de história que encaixaria para vários grupos, seja espanhol ou qualquer. Entretanto o grupo em si, quando era objeto de reflexão, era visto estatisticamente, como uma continuidade (MUNIZ, 1996, p. 20).

Entretanto é preciso olhar para mais de um século de história em que esses homens e

mulheres, saídas de sua terra natal em busca de uma vida melhor na cidade do Rio de Janeiro, moldaram um novo discurso identitário. Com referências brasileiras e espanholas, vão sendo construídos e compartilhados os laços dessa comunidade que ganhou reconhecimento oficial na criação da associação Casa de España.

Este artigo propôs, assim, dar início a uma discussão ainda pouco estudada na história das imigrações. Pretende-se acrescentar ao tema a discussão da utilização das identidades pelos Estados. Ou seja, até que ponto essas construções sociais serviram para seu benefício político e econômico. Por outro lado, deve-se questionar em que medida esses imigrantes se utilizam do respaldo estatal para se legitimar frente à sociedade inserida.

## REFERÊNCIAS

AYLLÓN, B. As relações Brasil – Espanha na perspectiva da política externa brasileira (1945 – 2005), São Paulo: Emblema, 2006.

BASTOS, A. C. T. Cartas do solitário, 3ª ed., São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1938.  
D'ARAÚJO, M. C.; CASTRO, C. (Org.) Ernesto Geisel, Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1997.

CERVO, A.; BUENO, C. História da Política Exterior do Brasil, Série Fundamentos, Editora Ática: SP, 1992.

ELLWOOD, S. Prietas las fitas. História de la falange española, 1933-1983, Barcelona: Crítica, 1984.

FREYRE, G. Novo Mundo nos Trópicos, 2ª Edição, TopBooks Editora: Rio de Janeiro, 2000.

HOBBSBAWN, E. J. A Era dos Impérios (1875-1914), Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

IBGE, Brasil: 500 anos de povoamento, Rio de Janeiro: IBGE, p. 226, 2000.

KAKUTA, S. Relaciones bilaterales entre Brasil y España, 1960 hasta 1992. In: Anuario Brasileño de Estudios Hispánicos, Brasília: Consejería de Educación de la Embajada de España, p. 213-228, 1993.

LESSA, M. L. Relações culturais internacionais. In: MEDEIROS, L.; ROLLEMBERG, D.; MUNTEAL FILHO, O. (Org.) Olhares sobre o político: novos ângulos, novas perspectivas, Rio de Janeiro: Eduerj, 2002.

LOBO, E. M. L. Imigração portuguesa no Brasil, São Paulo: Hocitec, 2001.

MUNIZ, K. C. P. Os filhos de Santiago em terra carioca: a construção da identidade espanhola, Dissertação de Mestrado em Sociologia, Rio de Janeiro: UFRJ, 1996.

OLIVEIRA, L. L. Os filhos de Santiago em terras brasileiras. In: Nós e Eles. Relações culturais entre brasileiros e imigrantes, Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

PEREIRA, M. H. A Política Portuguesa de Emigração (1850-1930). Bauru, SP: EDUSC; Portugal: Instituto Camões, 2002.

PINHEIRO, L. As políticas exteriores do Brasil e da Espanha: notas sobre os efeitos da transição democrática. In: Seminário Brasil-Espanha, Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, 2000.

SARAIVA, J. F. S. (Org.) Relações Internacionais – Dois séculos de História, entre a ordem bipolar e o policentrismo (de 1947 até nossos dias), Vol. II. Coleção Relações Internacionais. Brasília: IBRI, 2001.

SARMIENTO, E. Galegos no Rio de Janeiro (1850-1970), Santiago de Compostela, 2006.

TOTA, A. P. O Imperialismo Sedutor, São Paulo: Cia das Letras, 2000.